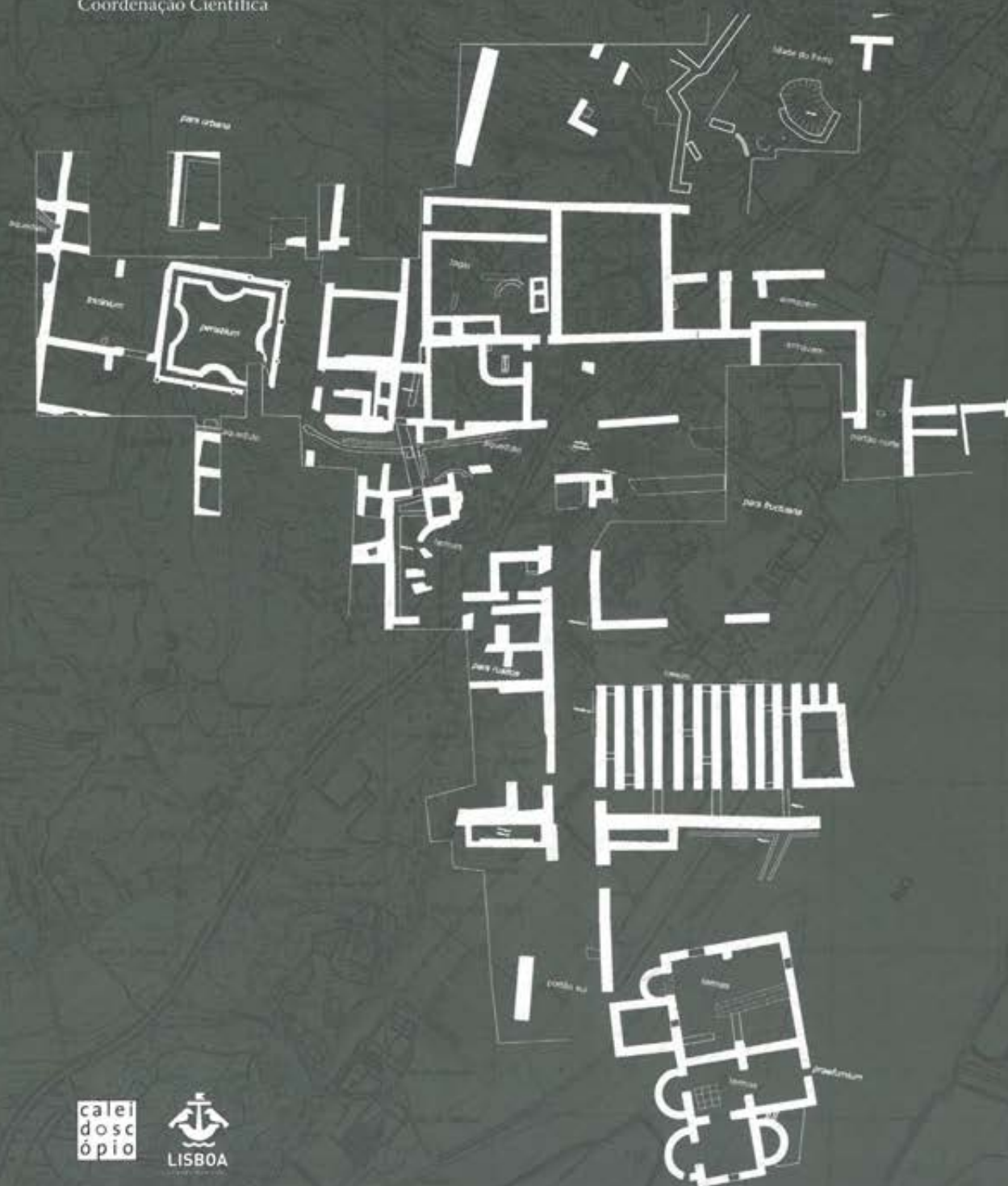


LISBOA
ROMANA FELICITAS IULIA OLISIPO

o Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento

GUILHERME CARDOSO
CRISTINA NOZES
Coordenação Científica



LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

o Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento

GUILHERME CARDOSO
CRISTINA NOZES

Coordenação Científica

ALEXANDRE GONÇALVES
AMÍLCAR GUERRA
ANTÓNIA COELHO-SOARES
CARLOS TAVARES DA SILVA
CRISTINA NOZES
ELISA DE SOUSA
GISELA ENCARNAÇÃO
GUILHERME CARDOSO
HENRIQUES MENDES
ISABEL LUNA
JOÃO LUÍS CARDOSO
JOÃO PIMENTA
JOAQUINA SOARES
JORGE LOPES
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
LUÍSA BATALHA
MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ
MARIA TERESA CAETANO
NELSON J. ALMEIDA
SEVERINO RODRIGUES
SUSANA DUARTE
TERESA RITA PEREIRA
VANESSA DIAS

O povoamento romano do concelho de Oeiras

Antecedentes, economia e sociedade
(séculos I a.C. – V d.C.)

JOÃO LUÍS CARDOSO
MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ

Condicionantes naturais e demografia

O concelho de Oeiras caracteriza-se, do ponto de vista geológico, por unidades muito diferenciadas, que condicionaram a exploração do solo em resultado das distintas aptidões naturais que cada uma delas oferecia à prática da agricultura. Os calcários e margas do Cenomaniano (Cretácico), desenvolvendo-se ao longo das principais linhas de água da região, formaram vales de paisagens variadas, particularmente propícios ao policultivo de árvores de fruto, de hortas (incluindo as veigas aluvionares modernas), da vinha e da oliveira sendo que na região ocidental do *ager* olisiponense, tanto a produção de azeite como a de vinho se encontra documentada pela presença de mós e lagares, como na *villa* de Freiria, situada no vizinho concelho da Cascais. O traçado da rede hidrográfica, especialmente os vales das ribeiras da Lage e de Barcarena, viabilizaram o acesso à água para consumo doméstico e para uso agrícola que, articulado com o respetivo relevo, condicionou a distribuição demográfica da população no período romano, que vivia em estabelecimentos rurais, *villæ* e *vici*, nos quais residirão os fundamentos das atuais povoações do concelho. Estes estabelecimentos seriam vocacionados para o cultivo

da terra, designadamente a cerealicultura, tal como já se tinha observado no Bronze Final e no decurso da Idade do Ferro, avultando contudo, no período romano as propriedades agrícolas de certa dimensão.

A densidade da ocupação romana pressunha, outros sim, a existência de uma rede viária que assegurasse as comunicações, não só entre as diversas estações conhecidas, mas também com o litoral e, sobretudo, com a grande urbe olisiponense. A proposta apresentada em 2005 por Guilherme Cardoso e João Luís Cardoso permitiu assim compreender a localização geográfica das diversas estações no território oeirense no quadro da orientação geral cadastral romana válida para o território ocidental do *ager* olisiponense, época em que se assistiu à confirmação da vocação agrícola da região. Com efeito, para a fixação das sucessivas comunidades romanas, logo a partir do século I a.C. na região, em continuidade com as últimas presenças da Idade do Ferro, foi determinante a fertilidade e a aptidão agrícola dos solos oeirenses.

É de considerar ainda a presença, a sul, do estuário do Tejo, constituindo vasta frente ribeirinha, em todo o comprimento do concelho, onde abundava grande diversidade de recursos naturais, fáceis de recolher e quase inesgotáveis, os quais foram favoráveis

à instalação de atividades industriais baseadas na pesca e ao comércio marítimo transregional especialmente com o mundo mediterrâneo.

É pois provável que as enseadas que pontuam o litoral concelhio, como a da praia de Santo Amaro de Oeiras, de Paço de Arcos, de Caxias, da Cruz Quebrada e de Algés, propícias à acostagem de embarcações, tivessem sido eleitas para o estabelecimento de instalações portuárias e industriais. Ali teriam existido fábricas de transformados piscícolas e respetivos armazéns, à semelhança do verificado na atual área urbana ribeirinha de Cascais e de Lisboa (Casa dos Bicos, Baixa Pombalina). Atualmente, de tais instalações, nada se conhece em consequência da intensa ocupação urbana verificada nessas zonas, de que resultaram profundas transformações, ao longo dos séculos na própria linha de costa.

Antecedentes imediatos

No Bronze Final e na Idade do Ferro, entre cerca de 1300 e 900 a.C., a vasta área interior do concelho, especialmente os trechos ocupados por terrenos basálticos, de alta fertilidade, foram pontuados de pequenos povoados e casais agrícolas, essencialmente dedicados à cerealicultura e ao pastoreio, de que existem diversas evidências conhecidas. Esta realidade prolongou-se, sem grandes alterações, no decurso de toda a Idade do Ferro. Assim, aos séculos VII-VI a.C. e V-IV a.C., pertencem, respetivamente, o núcleo mais antigo da estação de Leião e os dois núcleos agrícolas, escavados sob direção do primeiro signatário, em Outorela. A esta mesma época reporta-se também o casal agrícola de Gamelas, situado a norte de Oeiras.

Já à fase terminal da Idade do Ferro/período republicano pertencem os restos recolhidos no estabelecimento rural romano de Leião, bem como os identificados no Centro Histórico de Oeiras, com evidente continuidade com a

presença romana no local. Com efeito, na área correspondente à implantação da chamada *villa* romana de Oeiras, entre diversas produções sidéricas locais ou regionais recolheu-se um fragmento de ânfora neopúnica da forma Mañá C2, produzida em Cartago e nas feitorias do estreito de Gibraltar, resultante do comércio marítimo já então sob administração romana, conservada no Museu Nacional de Arqueologia. A estes materiais, recolhidos por J. Leite de Vasconcelos no início do século XX, somam-se outros, resultantes das escavações ali realizadas sob orientação do primeiro signatário, que conduziram também à identificação de várias estruturas de alvenaria, de planta retilínea, da mesma época, subjacentes e adjacentes ao local onde se implantou o conhecido mosaico romano adiante caracterizado. Entre os espólios cerâmicos associados a essas estruturas cita-se um fragmento de asa anular, provavelmente pertencente a uma ânfora neopúnica e cerâmicas cinzentas finas, em continuidade com as produzidas nos séculos anteriores, documentadas em Outorela e em Gamelas. Também as escavações efetuadas no estabelecimento rural romano de Leião permitiram recuperar alguns exemplares desse tipo, como são os casos de um jarro de cerâmica cinzenta fina, associado a diversos materiais de origem itálica, um fragmento de raro recipiente, afim de ânfora vinária de tradição greco-itálica do século II-I a.C., e uma base de recipiente de engobe negro, tipo campaniense da Classe B, forma Lamboglia 1, de cerca de 125-30 a.C.

Testemunhos do período romano em Oeiras

A fase mais antiga da presença romana identificada no território oeirense remonta ao final do período romano republicano, e encontra-se, como se referiu, documentada no estabelecimento rural romano de Leião e também



FIG. 1

Vista parcial das escavações realizadas em 2008 no estabelecimento rural romano de Leião, século I d.C. (Foto de João Luís Cardoso).

na *villa* romana de Oeiras. O estabelecimento de Leião documenta a aculturação precoce aos padrões e modos de vida romanos, desde finais do século I a.C. Situa-se a sul de Leião em terrenos calcários, em região de declives suaves, propícia ao policultivo, característico dos estabelecimentos agrícolas do período romano. Ali existiriam searas, oliveiras e vinhas, produções características da trilogia mediterrânea, a par de pomares e de hortas, que forneciam legumes frescos. O estabelecimento

ali implantado seria, pois, autossuficiente, podendo integrar, a par de outros existentes na região, como a *villa* romana de Oeiras, ou a *villa* de Freiria, no vizinho concelho de Cascais, o dispositivo de abastecimento alimentar da importante urbe de *Olisipo*, à semelhança do anteriormente verificado com os casais agrícolas da Idade do Ferro. As escavações realizadas em 2008 sob a direção do primeiro signatário puseram a descoberto um edifício de planta subretangular, já muito

destruído e incompleto, com o comprimento de 16,5 m e a largura média de 10,0 m (FIG. 1).

Este edifício encontrava-se compartimentado em várias dependências, entre as quais a cozinha, com o chão parcialmente forrado de tijoleiras quadrangulares, na área do lar. Um dos compartimentos, possuindo paredes cobertas de estuque pintado (FIG. 2), corresponderia à dependência mais nobre da habitação.

Identificaram-se diversas atividades domésticas, como a fiação, documentada por cossoiros tronco-cónicos e a tecelagem, comprovada por um conjunto de pesos de tear paralelepípedicos de barro concentrados numa área restrita, onde se localizaria o tear. A preparação de alimentos e de diversos produtos comprova-se pela descoberta de fragmentos de almofarizes de barro, com as características estrias interiores para facilitarem a maceração, de produção bética. A tipologia de alguns dos materiais exumados, evoca produções locais da Idade do Ferro, como é o caso dos diversos recipientes de cerâmica cinzenta, acompanhados de materiais importados de origem itálica dos séculos II-I a.C., constituindo, deste modo, os mais antigos produtos daquela natureza registados na região. A esses produtos, juntam-se cerâmicas de mesa, como taças de *terra sigillata* do tipo itálico, forma Consp. 22 (15 a.C.-15 d.C.) e sudgálica, forma Drag. 24/25 (20-60 d.C.) com grafito após cozedura, a que se juntam diversos recipientes de “paredes finas”, com decorações de espinhas em barbentina (1.ª metade do século I a.C./período augustano) e em folha de água e palmeta, da época tiberiana ou flávia. Destacam-se também duas fíbulas de arco tipo Aucissa, características de um lapso temporal que vai dos finais do século I a.C. a meados do século I d.C., e um pendente de bronze em forma de crescente, atribuível a amuleto utilizado nos arreios das montadas, com paralelos em Roma, como é o caso dos arreios dos cavalos representados nos quatro lados da base da coluna de

Antonino Pio (138-161 d.C.), presentemente exposta no Museu do Vaticano. Foram ainda descobertos três numismas: um Asse de *Emerita Augusta*, a atual cidade de Mérida, cunhado no reinado de Augusto (23 a.C.-14 d.C.); um Quadrante de Calígula, cunhado no ano 40 d.C., correspondendo a cunhagem comemorativa da abolição de imposto, promulgada pelo imperador naquele ano, conforme consta do campo do reverso, pela abreviatura RCC, “remissa ducentésima”; e um Dupôndio cunhado em nome de Antónia, filha de Marco António e de Octávia, no reinado de Cláudio (41-54 d.C.). O abandono deste estabelecimento terá ocorrido em meados do século I d.C., de forma súbita. Na verdade, resultou da destruição completa do edifício pela deflagração de um incêndio, tendo os antigos pavimentos, alterados pelo calor, sido selados pelo derrube da cobertura, constituída quase exclusivamente por telhas curvas (*imbrices*). Tal situação certifica que todos os artefactos encontrados estariam em uso no interior da habitação de um domínio agrário constituído logo no início da dominação romana na região, a qual não voltou a ser reconstruída, resultando nisso o seu maior interesse. Com efeito, são muito escassos os elementos informativos sobre os estabelecimentos rurais do final do período augustano e, mais ainda, aqueles que forneceram espólios homogêneos, representativos e sincrónicos, por corresponderem a uma estreita “janela” temporal de utilização dos respetivos espaços domésticos, como é o caso.

Na *villa* romana de Oeiras, situada no Centro Histórico realizaram-se também escavações em extensão, de carácter plurianual sob a responsabilidade do primeiro signatário. A *villa* implantava-se em suave encosta, voltada a poente, situada na margem esquerda da ribeira da Lage, da qual dista cerca de 150 m. Às explorações interessaram a *pars urbana* da *villa*, fundada ainda em época republicana a qual, tal como o



FIG. 2

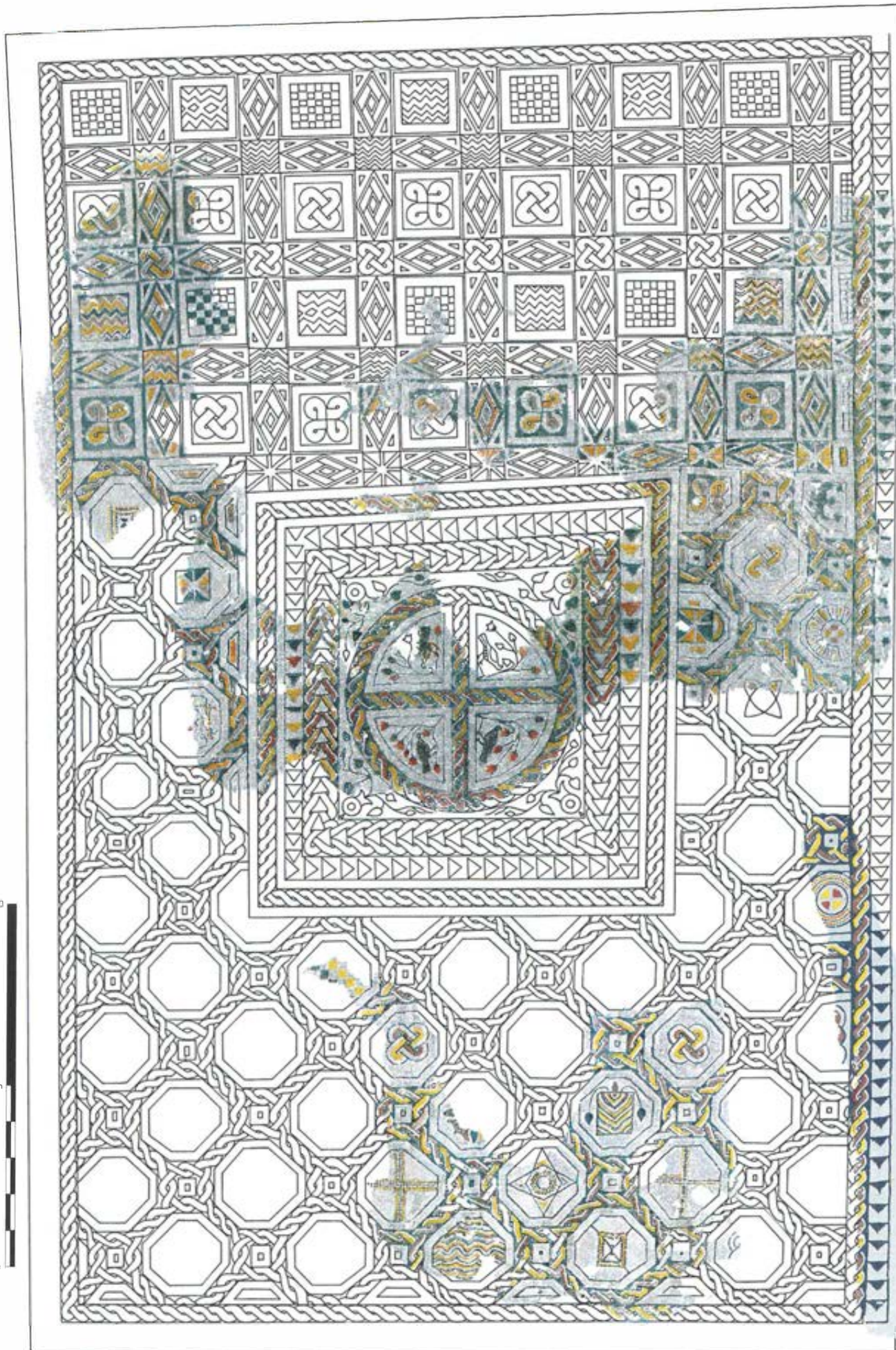
Fragmento de estuque polícromo do estabelecimento rural romano de Leião, século I d.C. (Foto de Bernardo Ferreira | Câmara Municipal de Oeiras).

estabelecimento de Leião denota, pela tipologia dos espólios cerâmicos encontrados, estreitas ligações ao mundo indígena dos finais da Idade do Ferro. Porém, ao contrário do observado em Leião, a ocupação humana continuou até ao Baixo-império, com base em alguns dos materiais recolhidos, com destaque para a peça mais notável, o célebre mosaico que ali foi identificado em 1903.

Trata-se de mosaico polícromo, cujo centro se encontra preenchido por medalhão

central, repartido em quadrantes, decorados com aves, possivelmente pombas, debicando botões (de rosa?) de coloração vermelha. O motivo central encontra-se enquadrado por composição geométrica, atingindo a peça musiva, no total, cerca de 7,11 m de comprimento por 4,74 m de largura, ou seja, vinte e quatro por dezasseis pés romanos (FIG. 3).

Do ponto de vista estilístico, tecnológico e iconográfico, o mosaico foi atribuído por Mário Varela Gomes e pelos dois signatários



aos séculos II ou III d.C., sendo, no entanto, segundo outros autores, do século IV d.C. De evidente importância, traduz a riqueza do proprietário da *villa*, onde provavelmente ocuparia o *triclinium*.

O alargamento da investigação arqueológica à área circundante, em várias campanhas de escavação dirigidas pelo primeiro signatário, permitiu a identificação de outros compartimentos da *villa* romana, incluindo a parte do mosaico ainda conservada em outra divisão do imóvel setecentista, tendo-se documentado a ocupação do local desde o século I ao século IV d.C. através de fragmento de taça de terra *sigillata* sudgálica do século I d.C., porção de recipiente de “paredes finas”, importação bética, com decoração de areia, da mesma época, e um bocal de ânfora do tipo Dressel 14, variante A, do 3.º quartel do século I d.C. Aos séculos II-III d.C. pertence fragmento de lucerna, e ao século IV d.C. fragmento de bocal de ânfora Almagro 51 C, de importação bética.

Com este importante estabelecimento podem ainda relacionar-se duas peças relevantes: uma pequena estatueta de bronze, representando *Eros*, segurando uma pomba, sobre o peito, com ambas as mãos; e uma cabeça marmórea, representando provavelmente um fauno.

As escavações arqueológicas realizadas sob direção do primeiro signatário na Rua Marquês de Pombal, n.ºs 5 e 7 do Centro Histórico de Oeiras puseram a descoberto outras estruturas romanas, situadas a cerca de 150 m de distância do local anterior. Registaram-se muros retilíneos, configurando arquitetura doméstica ortogonal, idêntica à observada em Leião e, tal como ali, associados a um nível constituído pelo desabamento do telhado, igualmente constituído por *imbrices*. A esta primeira fase

de ocupação romana sucedeu-se uma outra, igualmente representada por muros retilíneos mas de pior qualidade, associados a espólios tardo-romanos e da antiguidade tardia, representativos da manutenção do comércio de longo curso entre o Mediterrâneo e o Ocidente Peninsular atlântico. Assinala-se a recolha de exemplares de *terra sigillata* africana, clara D, do tipo Hayes 67, produzida entre a 2.ª metade do século IV e a 2.ª metade do século V d.C. Inseridos nesta mesma tipologia foram encontrados na *villa* romana de Freiria (Cascais) nove exemplares, enquanto no Alto do Cidreira (Cascais), a intervenção ali realizada ofereceu uma única peça. Identificaram-se também exemplares de *terra sigillata* africana clara D, da rara forma Hayes 96, presente em Conímbriga, bem como dois fragmentos de cerâmica focense, um bordo do tipo Hayes 3F e um pé de variante indeterminada. Este tipo de cerâmica assume particular relevância na zona das *villae* romanas de Cascais, onde foram recolhidos vários exemplares em contextos da antiguidade tardia e também nos concelhos limítrofes de Sintra e Amadora.

Assim, pode concluir-se que as cerâmicas finas de fabrico norte africano e das costas do Mediterrâneo oriental, presentes em diversos contextos dos séculos V-VI d.C. da região do *ager olisiponensis*, apesar das alterações socioeconómicas resultantes da queda do Império Romano e consequentes invasões bárbaras, continuou a ser uma realidade bem documentada pela arqueologia. O comércio marítimo continuou a realizar-se, mantendo antigos hábitos de uso e ostentação das classes mais elevadas, detentoras das propriedades rurais em torno da cidade de *Olisipo*. No local em apreço, dada a proximidade da costa, era provável que a comunidade que ali permanecia no decurso dos séculos V e VI

FIG. 3

Mosaico romano de Oeiras. Reconstituição gráfica (segundo Gomes, Cardoso e André, 1996).

d.C. desse apoio às embarcações que aportavam à pequena baía formada junto à foz da ribeira da Lage, servindo aquele porto natural para cargas e descargas de mercadorias entre o campo e a capital.

Entre os achados isolados, é de registar a ocorrência de uma ânfora Almagro 51 C, variante A, quase completa, transição dos séculos II-III d.C., encontrada junto à estrada nacional de Leião – Cacém. A produção regional deste tipo encontra-se documentada nos fornos situados na margem Sul, tanto em Porto dos Cacos (Alcochete), como na Quinta do Rouxinol (Seixal) e destinava-se ao envase de preparados piscícolas, produzidos em fábricas existentes ao longo de ambas as margens do estuário do Tejo. A ocorrência deste exemplar da variante A, que é raríssima neste estado de conservação, em plena área agrícola, sugere que os preparados que continha, para além de exportação, seriam consumidos localmente, por parte do estrato populacional mais rico, o mesmo que, desde o século II ou I a.C. importava vinho do Mediterrâneo, como comprovam os fragmentos de ânforas neopúnicas e greco-italicas recolhidos em Oeiras e em Leião.

Para além dos testemunhos habitacionais e domésticos de época romana o concelho de Oeiras possui algumas evidências do mundo funerário, documentadas por inscrições e necrópoles.

Entre as primeiras, deve referir-se a inscrição de Mária Búcia encontrada em dezembro de 1992 em Peça-Vinagre (Cacilhas) e logo publicada no ano seguinte pelo primeiro signatário e Guilherme Cardoso, cuja leitura é a seguinte: MARIA • G • F • / BOVTIA • / • H • S •: “Aqui jaz Mária Búcia, filha de Gaius”.

Trata-se de uma estela de calcário regional do tipo lioz, com 155 cm de altura e de topo arredondado, decorada na parte superior por rosácea de nove pétalas, em relevo moldurado por duas nervuras. Inspirado em congêneres itálicos, apresenta-se como protótipo de

sobriedade e elegância. As letras e a própria epígrafe primam pela cuidada simplicidade, levando a situar o monumento nos inícios do século I d.C. A defunta ostenta o nome de família *Maria*, claramente latino, mas a filiação (cognome) *Boutia* é, evidentemente, indígena. Deste modo, a epígrafe exprime uma reunião harmoniosa entre o mundo indígena e a nova ordem social e administrativa trazida pelos Romanos, constituindo expressivo testemunho de aculturação bem-sucedida, precocemente verificada na região.

Epígrafe funerária de interesse excepcional é a que se encontra aberta na face de um grande bloco paralelepípedo de calcário branco sub-cristalino, de origem local, com o comprimento máximo de 118,0 cm. Recolhida em Laveiras foi transportada nos inícios da década de 1960 para o Museu Nacional de Arqueologia, devendo-se a mais antiga referência conhecida desta inscrição a António José da Cunha, que a reproduz em manuscrito guardado na Real Academia de la Historia (Madrid), situando a sua identificação em 1733 (Pereira, 1933, p. 108).

O texto, pouco comum, e que por tal motivo tem sido discutido até à atualidade, é o seguinte, segundo Amílcar Guerra (2009), diferendo ligeiramente de propostas anteriores de José d’Encarnação (2001/2002) e de Félix Alves Pereira, (1933):

Q(VINTVS) FLAVIVS M(ARCI) F(ILIVS)
GAL(ERIA TRIBV) QVADRATVS / AQVILIFER
LEG(IONIS) II (SECVNDÆ) SE VIVO / MVNIM-
MENTVM (SIC) FECIT HIC / MVNIMENTVS
(SIC) CVM MVNITIONE TRIC(H)ILATO (SIC) HER
(EDES) NON SEQ (VETVR) (FIG. 4).

A tradução seria: “Quinto Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, mandou fazer em vida este monumento. Este monumento, com a sua estrutura em forma de caramanchão, não passará para os herdeiros”.

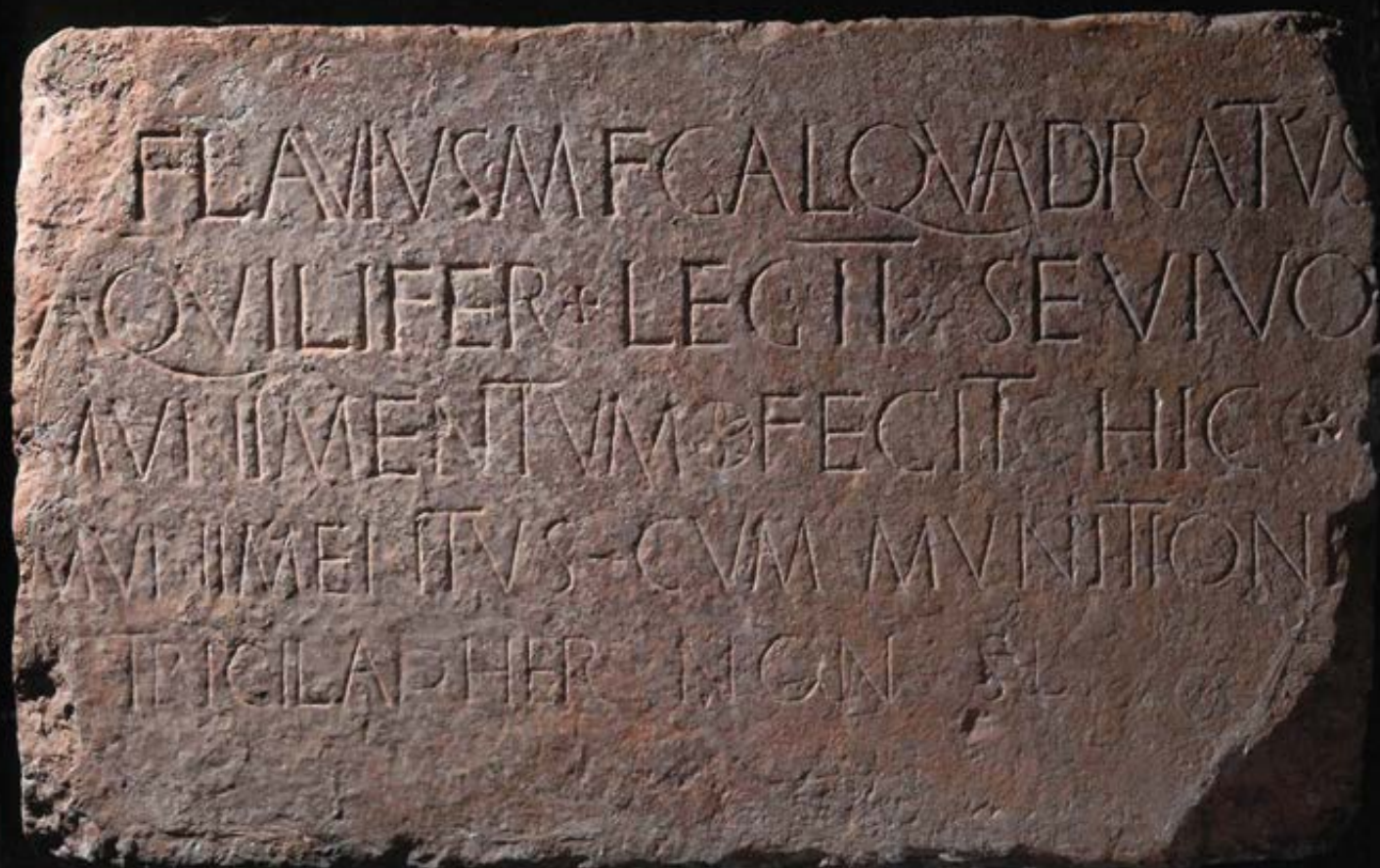


FIG. 4

Inscrição funerária de *Q. Flavius Quadratus* recolhida em Oeiras, século I d.C.
(Foto de Carlos Santos | Câmara Municipal de Oeiras).

Trata-se de inscrição de características muito raras e a única que, em território peninsular, menciona um *aquilifer*, ou porta-estandarte da águia legionária, neste caso incorporado na Segunda Legião que, tendo escolhido o local onde descansaria para sempre, mandou construir não só o seu túmulo propriamente dito, mas ainda um arranjo envolvente, com um caramanchão, tendo, porém, a preocupação de reservar o espaço só para si, excluindo os seus herdeiros de o poderem usufruir.

Abordando a presença no Império desta Legião, Félix Alves Pereira (1933) concluiu que o referido *aquilifer* poderia ter sido recrutado na região lisbonense aquando do estacionamento daquela legião na Lusitânia, cuja presença reputa segura no tempo de Augusto, isto é, antes de 15 d.C. Tornada aqui desnecessária, foi mobilizada para Mogúncia, na Germânia, integrando soldados hispânicos, cujos epítálios têm sido ali descobertos. Desconhecendo-se o percurso deste militar, é possível que este, já no final da sua carreira, ocupando o alto posto de porta-estandarte, pudesse estar integrado na guarnição que controlaria a exploração aurífera a que respeita o próprio topónimo de Oeiras, na origem do qual se encontra a palavra latina *auraria*, correspondente a “mina de ouro”, sem dúvida relacionada com a exploração das areias do Tejo ou dos depósitos sedimentares por este outrora acumulados. Com efeito, é certo que tais explorações, feitas usualmente por conta do Estado, exigiam o estacionamento de tropas para assegurar a ordem. Amílcar Guerra, em abono desta conclusão invoca diversos argumentos de carácter cronológico, concluindo que o monumento teria sido edificado antes de 20 d.C., época em que a legião a que este militar pertencia permaneceu na Hispânia, podendo assim ter acompanhado pessoalmente a construção do seu próprio monumento sepulcral.

Em Laveiras assinala-se ainda a existência de uma lápide funerária reaproveitada,

publicada por Félix Alves Pereira, que configura a presença de um *vicus* ou *villa* no local.

Ao período tardo-romano reportam-se duas necrópoles.

Uma delas, a necrópole de Sol Avesso, em Porto Salvo, parcialmente explorada no ano de 1964, na sequência de obras de urbanização que conduziram à sua identificação, e onde foram escavadas três sepulturas de inumação (Matos, 1970). Uma delas continha uma lucerna dos séculos III-IV d.C., cujo *discus*, muito erodido, representa provavelmente uma cena erótica, e uma tigela de *terra sigillata* clara C, estudada em pormenor pelos autores (Cardoso e André, 1997-98). Trata-se de um exemplar da forma Hayes 52B, pertencente ao estilo de transição de Hayes, onde predominam, a nível decorativo, as representações de motivos zoomórficos e de vegetais isolados, nas paredes e abas dos recipientes. Esta variante pode situar-se entre 280-300 d.C. e finais do século IV princípios do século V d.C. (Coutinho, 1997, p. 33). O exemplar de Sol Avesso pode pois, situar-se entre finais do século III e meados do século IV d.C., atendendo ao tamanho do exemplar, critério invocado por J. S. Nolen (1994) dado que os exemplares mais tardios são de maiores dimensões. As produções de *terra sigillata* clara C seriam originárias da Tunísia (Carandini, 1975, p. 62), sendo assim designadas por alguns autores por *sigillata* africana. Salienta-se a ampla difusão destas produções, distribuindo-se por todo o Mediterrâneo, desde a costa atlântica ao litoral do Mar Negro, com penetrações pela Europa, ao longo dos principais vales que a atravessam, de rios tributários do Mediterrâneo.

A outra necrópole tardo-romana, atingindo a antiguidade tardia ou mesmo o período visigótico é a da Junção do Bem (conhecida no início do século XX por Quinta da Costa), na área urbana da vila de Oeiras. É provável que as inscrições funerárias romanas publicadas em 1892 (n.ºs 5009, 5011 e 5016) por

E. Hübner provenham deste local. J. Leite de Vasconcelos escavou ali quatro sepulturas em 1901, as quais só viriam a ser publicadas pelo primeiro dos signatários em 1996. O espólio quase se resumiu às grandes tijoleiras que integravam a estrutura das sepulturas o que, conjuntamente com as características das mesmas, configura época paleocristã, condizente com a única oferenda funerária identificada, uma concha não classificada em pormenor, recolhida numa das sepulturas. Fica por esclarecer a relação funcional existente entre esta necrópole e a *villa* romana sua antecedente imediata, situada em área adjacente da mesma encosta.

Conclusão

Do exposto, conclui-se que o espaço atualmente ocupado pelo concelho de Oeiras foi precocemente romanizado; os elementos disponíveis indicam a presença de uma população autóctone aculturada, que adotou completamente os hábitos romanos – até na morte – logo nos inícios do século I d.C.; a facilidade e rapidez deste fenómeno não é de admirar, dada a já longa convivência anterior dos habitantes da região com povos e culturas mediterrâneas, ao longo de toda a Idade do Ferro, conforme atestam os materiais que se encontram presentes nas estações romanas que foram objeto de explorações arqueológicas, como é o caso da *villa* de Oeiras e do estabelecimento agrícola de Leião. Segundo as constatações até agora realizadas no vizinho concelho de Cascais por Guilherme Cardoso e José d'Encarnação, as *villæ* ali identificadas pertenceriam a cidadãos com desafogo económico que viveriam perto da cidade, mas independentes dela, o que não significa que aquela não dependesse das produções agrícolas das *villæ*, como os próprios autores reconhecem. Com efeito, para alimentar os cerca de 30 000 a 40 000 habitantes de *Olisipo*, no

tempo de Augusto, segundo estimativa de Jorge de Alarcão, seriam precisos múltiplos contributos das áreas circundantes, dependendo a grande cidade do abastecimento em géneros produzidos nas *villæ* adjacentes. Assim, se as hortas e os pomares situados no aro imediato destas supriam diariamente as necessidades dos habitantes das *villæ* e da própria urbe, já os cereais, o vinho e o azeite – os três produtos da trilogia mediterrânea – poderiam, em parte, provir de um aro situado entre os 5 e os 20 km de distância, abarcando todo o território oeirense, de acordo com o modelo de Von Thünen. *Olisipo* comportar-se-ia, deste modo, como um verdadeiro polo de atração à escala regional, promovendo a exploração agro-pastoril do *ager* olisiponense do qual dependia, em parte, a sua própria existência. Deste modo, as *villæ* existentes no atual território oeirense, para além de autosuficientes, constituiriam verdadeiras unidades de produção: o grande celeiro encontrado na *villa* de Freiria (Cascais), destinar-se-ia, talvez, a concentrar as produções cerealíferas de uma região maior que a propriedade onde estava instalado; nalguns casos, para além de unidades produtoras, as *villæ* desempenhariam também papel de centros redistribuidores, com a conseqüente recolha de mais-valias, que justificaria o desafogo vivido pelos seus proprietários, particularmente evidente no caso da *pars urbana* da *villa* de Oeiras, cujos produtos seriam escoados facilmente pelo rio Tejo, a partir da enseada existente na foz da ribeira da Lage.

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA

Catarina Vaz Pinto

DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Manuel Veiga

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA

Jorge Ramos de Carvalho

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

António Marques

COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Ramos de Carvalho

GESTÃO DE PROJETO

Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML

António Marques – CAL/DPC/DMC/CML

Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML

Manuel Oleiro – EGEAC

PARCEIROS DO PROJETO

ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património Lda.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer; Câmara Municipal de Almada; Câmara Municipal

da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Odivelas; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC / Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC / Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Geopark/Naturtejo da Meseta Meridional; Geopark / UNESCO / Organização das Nações Unidas para a Educação, ciência e Cultura; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / Nau|Hotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro / Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC) / Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e

Património Lda.; Quinta de S. Sebastião; The 7 Hotel (Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de Serviços Financeiros e Investimentos Lda.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior / Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra / Faculdade de Letras / Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa / Faculdade de Arquitetura / Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências / Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSIP); Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.

Livro

TÍTULO

Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*:
O *Ager Olisiponensis* e as estruturas
de povoamento

COORDENAÇÃO DO VOLUME

Cristina Nozes – CAL / DPC / DMC / CML

Guilherme Cardoso – CAL / CDP / DMC / CML

INVESTIGAÇÃO E AUTORIA

Alexandre Gonçalves
Amílcar Guerra
Antónia Coelho-Soares
Carlos Tavares da Silva
Cristina Nozes
Elisa de Sousa
Gisela Encarnação
Guilherme Cardoso
Henrique Mendes
Isabel Luna
João Luís Cardoso
João Pimenta
Joaquina Soares
Jorge Lopes
José d'Encarnação
Luísa Batalha
Maria da Conceição André
Maria Teresa Caetano
Nelson J. Almeida
Severino Rodrigues
Susana Duarte

Teresa Rita Pereira

Vanessa Dias

REVISÃO DO VOLUME

Cristina Nozes – CAL / DPC / DMC / CML

Inês Viegas – DPC / DMC / CML

Vasco Leitão – CAL / DPC / DMC / CML

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

Cristina Nozes – CAL / DPC / DMC / CML

Inês Morais Viegas (coord.) – DPC / DMC / CML

Vasco Leitão – CAL / DPC / DMC / CML

© Câmara Municipal de Lisboa,
autores dos textos de cada volume
e editora Caleidoscópio.

DESIGN GRÁFICO

José Ribeiro

ISBN

978-989-658-686-7

DEPÓSITO LEGAL

463308/19

TIRAGEM

1.500 exemplares

EDIÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA
Telef.: (+351) 21 981 79 60
Fax: (+351) 21 981 79 55
caleidoscopio@caleidoscopio.pt
www.caleidoscopio.pt

ENDEREÇO DE EMAIL DO PROJETO

lisboaromana@cm-lisboa.pt

FACEBOOK:

<https://www.facebook.com/lisboaromanaLX/>

INSTAGRAM

<https://instagram.com/lisboaromana>

TWITTER

twitter.com/LisboaRomana